

ABORTO SEGURO, LEGAL E GRATUITO JÁ!

A legalização do aborto é um passo muito importante para a luta das mulheres, pois sua criminalização faz com que a maternidade seja ainda mais fortemente imposta. Ser mãe em uma sociedade patriarcal é extremamente difícil, pois os homens fazem pouco ou nada e as mulheres acabam ficando presas em casa cuidando sozinhas das crianças. Assim, a criminalização do aborto tem consequências diferentes para homens e mulheres: além de envolver diretamente o corpo da mulher, ter um filho não significa a mesma coisa para ambos, pois o trabalho de cuidar da criança normalmente é exclusivo das mulheres.

No Brasil, atualmente, o aborto só é legalmente permitido nos casos de gravidez de mulheres com menos de 14 anos; quando a gravidez é resultante de estupro;



quando há riscos para a vida da mulher; ou em casos de anencefalia (má formação do cérebro) do feto. Por ser uma prática ilegal na maioria dos casos, muitas mulheres que não desejam continuar com a gravidez recorrem a métodos perigosos para abortar, o que faz do aborto uma das principais causas de mortes entre mulheres gestantes. Isso ocorre principalmente no caso de mulheres negras e pobres, pois a ilegalidade faz com que métodos seguros de aborto sejam de difícil acesso e caros.

ABORTO SEGURO, LEGAL E GRATUITO JÁ!

A legalização do aborto é um passo muito importante para a luta das mulheres, pois sua criminalização faz com que a maternidade seja ainda mais fortemente imposta. Ser mãe em uma sociedade patriarcal é extremamente difícil, pois os homens fazem pouco ou nada e as mulheres acabam ficando presas em casa cuidando sozinhas das crianças. Assim, a criminalização do aborto tem consequências diferentes para homens e mulheres: além de envolver diretamente o corpo da mulher, ter um filho não significa a mesma coisa para ambos, pois o trabalho de cuidar da criança normalmente é exclusivo das mulheres.

No Brasil, atualmente, o aborto só é legalmente permitido nos casos de gravidez de mulheres com menos de 14 anos; quando a gravidez é resultante de estupro;



quando há riscos para a vida da mulher; ou em casos de anencefalia (má formação do cérebro) do feto. Por ser uma prática ilegal na maioria dos casos, muitas mulheres que não desejam continuar com a gravidez recorrem a métodos perigosos para abortar, o que faz do aborto uma das principais causas de mortes entre mulheres gestantes. Isso ocorre principalmente no caso de mulheres negras e pobres, pois a ilegalidade faz com que métodos seguros de aborto sejam de difícil acesso e caros.

Apesar disso, atualmente tramitam mais projetos que criminalizam (ainda mais) a prática do aborto, do que projetos de lei que buscam legalizar sua prática. O PL 5069/2013, de autoria de Eduardo Cunha (PMDB) - mas assinado também por outros deputados, como Padre Ton (PT) - se aprovado, criminalizará também quem oferecer informações sobre como fazer um aborto, além de tornar mais difícil para vítimas de estupro conseguir um aborto, pois passará a exigir exame de corpo delito. A exigência do exame de corpo delito também significa que só será considerado estupro quando houver comprovação de penetração, o que é um grande retrocesso. O projeto de lei também abre brecha para a criminalização da pílula do dia seguinte, e estabelece que médicos do SUS podem se negar a fazer abortos que são previstos por lei.

Queremos uma sociedade em que nenhuma mulher seja obrigada a ser mãe, em que as meninas desde criança sejam educadas para saber que não precisam ser mães; que na adolescência essas mulheres tenham uma educação sexual feminista que não só ensine sobre métodos contraceptivos, mas também questione a heteronormatividade - mostrar a essas mulheres que elas não precisam ser heterossexuais - e uma sociedade onde o ABORTO SEJA SEGURO, LEGAL E GRATUITO!



Blog: <https://manaschicas.wordpress.com/>

Facebook: Coletiva Feminista Radical Manas Chicas

Apesar disso, atualmente tramitam mais projetos que criminalizam (ainda mais) a prática do aborto, do que projetos de lei que buscam legalizar sua prática. O PL 5069/2013, de autoria de Eduardo Cunha (PMDB) - mas assinado também por outros deputados, como Padre Ton (PT) - se aprovado, criminalizará também quem oferecer informações sobre como fazer um aborto, além de tornar mais difícil para vítimas de estupro conseguir um aborto, pois passará a exigir exame de corpo delito. A exigência do exame de corpo delito também significa que só será considerado estupro quando houver comprovação de penetração, o que é um grande retrocesso. O projeto de lei também abre brecha para a criminalização da pílula do dia seguinte, e estabelece que médicos do SUS podem se negar a fazer abortos que são previstos por lei.

Queremos uma sociedade em que nenhuma mulher seja obrigada a ser mãe, em que as meninas desde criança sejam educadas para saber que não precisam ser mães; que na adolescência essas mulheres tenham uma educação sexual feminista que não só ensine sobre métodos contraceptivos, mas também questione a heteronormatividade - mostrar a essas mulheres que elas não precisam ser heterossexuais - e uma sociedade onde o ABORTO SEJA SEGURO, LEGAL E GRATUITO!



Blog: <https://manaschicas.wordpress.com/>

Facebook: Coletiva Feminista Radical Manas Chicas